

Introdução

Em 1977, com a publicação de *The silent revolution*, Ronald Inglehart deu início a um programa de pesquisas que atualmente pode ser considerado um dos mais profícuos nas ciências sociais, devido tanto à quantidade de trabalhos que defendem e confirmam suas principais hipóteses, quanto aos vários críticos que conquistou.

Desde esse impulso inicial, quase três décadas de investigações empíricas e teóricas se passaram e, repetidamente, a tese da mudança lenta e gradual de um amplo espectro de valores humanos em direção a uma postura pós-materialista tem sido testada a partir de evidências cada vez mais robustas. *A teoria do desenvolvimento humano*, tal como definida por Inglehart e Welzel (2005) é o resultado atual dessa série de investigações sobre valores.

A tese fundamental defendida pelo autor e seus colaboradores, apesar das mudanças conceituais verificadas nas diferentes obras publicadas nesses quase trinta anos, permanece a mesma. Em síntese, a despeito das significativas diferenças culturais existentes entre as nações, uma mudança nos valores estaria ocorrendo associada ao desenvolvimento econômico experimentado, a partir da segunda metade do século XX, principalmente pelas sociedades industriais avançadas ou pós-industriais. Tal

mudança estaria provocando alterações profundas no campo religioso, no mundo do trabalho, nas relações de gênero, nas normas sexuais e na atividade política (Inglehart, 1977; 1990; 2001).

No presente artigo, apresentamos os elementos fundamentais dessa perspectiva teórica, enfatizando especialmente a tese de que a mudança pós-materialista estaria associada aos processos de estabelecimento, consolidação e aprofundamento de regimes democráticos.

Para alcançar esse objetivo, primeiramente apresentamos os argumentos fundamentais dessa proposta teórica, caracterizando-a como um resultado interessante da revisão dos postulados clássicos da teoria da modernização.

Na seqüência, discutimos os elementos básicos de uma suposta síndrome de valores pós-materialistas, que estaria associada aos processos de modernização em perspectiva mundial, mas principalmente nas sociedades de industrialização avançada.

Enfocando as conseqüências políticas desse processo, em uma terceira seção analisamos o argumento de que existiria um relacionamento entre as mudanças nas prioridades valorativas individuais e os processos de estabelecimento e consolidação de democracias. Nesse momento, nos dedicamos principalmente à identificação do impacto dos chamados valores pós-materialistas sobre o

conjunto dos valores e atitudes que configuram uma cultura política pró-democracia.

Desenvolvimento Socioeconômico e Prioridades Valorativas

A complexa relação entre desenvolvimento socioeconômico e processos de alteração e permanência de tradições culturais específicas tem preocupado diferentes cientistas sociais nas últimas décadas.

Tais pesquisadores parecem se agrupar em duas perspectivas distintas. De um lado, localizamos aqueles que enfatizam a mudança cultural como resultado da modernização, chegando inclusive a prever o declínio dos valores tradicionais e a sua gradual substituição por uma visão de mundo moderna e universal (Meyer *et al.*, 1997; Stevenson, 1997). De outro lado, se agrupam os que destacam a persistência de valores tradicionais a despeito do processo de modernização, concluindo que essa dimensão cultural seria relativamente independente da base material (DiMaggio, 1994).

Penetrando nesse debate, Inglehart (1990; 2001), com a teoria do desenvolvimento humano, propõe a validação parcial de ambas as perspectivas, tentando superar eventuais tendências ao determinismo econômico e cultural. Desde suas primeiras formulações em *The silent revolution* (1977), esse pesquisador norte-americano já afirmava que havia associação entre desenvolvimento econômico e mudanças nos sistemas de normas e valores em escala internacional.

Segundo seus argumentos, o desenvolvimento material aumentaria a produtividade do trabalho, levaria à especialização ocupacional, elevaria os níveis educacionais e de renda e, no longo prazo, causaria mudanças culturais que impactariam diretamente as relações de gênero, as disposições em relação

à autoridade, as normas sexuais, os valores e comportamentos políticos (Inglehart e Welzel, 2005, p. 19).

Também reconhece, entretanto, que tal mudança seguiria caminhos distintos em cada nação, em decorrência das suas distintas matrizes culturais construídas ao longo de histórias particulares (*Idem, ibidem*). Apesar do impulso das forças de modernização supostamente orientar os diferentes países em uma mesma direção, em grande medida previsível, os seus valores não seriam tão convergentes como o termo “globalização cultural” poderia sugerir (Stevenson, 1997).

A solução conciliadora entre as duas posições defendidas pelos criadores da teoria do desenvolvimento humano pode ser sintetizada da seguinte forma: o desenvolvimento econômico é acompanhado por uma mudança significativa nos valores sociais em uma direção previsível, porém essa mudança se processa por caminhos relativamente estabelecidos por tradições culturais específicas, formadas ao longo da história de cada país e região, com alto poder de permanência.

Nesse sentido, essa perspectiva pretende compreender a relação entre o desenvolvimento material e as mudanças sociais, culturais e políticas como um processo não-linear, apesar de seguirem pautas coerentes, conjuntas e congruentes (Inglehart, 2001).

Sendo assim, podemos concluir inicialmente que tal proposta se distingue das clássicas teorias da modernização pelo fato de integrar as dimensões econômica e cultural em uma única explicação sobre as mudanças sociais, culturais e políticas ocorridas nas últimas décadas. Negando o determinismo econômico, traz no seu interior a afirmação de que as tradições culturais específicas têm alto poder de permanência e podem sim influenciar os processos de mudanças impulsionados pela modernização.

Essa postura, todavia, não conduz à negação ou redução da importância das condições básicas de reprodução da existência humana. Na realidade, ela defende a preeminência explicativa dessa estrutura econômica sobre os demais fatores a partir de argumentos derivados de duas hipóteses complementares: a da escassez e a da socialização (Inglehart, 1977).

Nas palavras do próprio autor, a primeira hipótese afirma que “as prioridades individuais refletem o ambiente socioeconômico: as pessoas colocam maior valor subjetivo sobre as coisas que são relativamente mais escassas”¹ (Inglehart, 1990, p. 68).

A menção ao tema da escassez nos remete a um dos princípios elementares da ecologia, segundo o qual o crescimento populacional de qualquer espécie tende a ser maior do que a oferta de alimentos, tornando a luta pela sobrevivência uma constante na história natural.

No caso específico da humanidade, a cultura teria desempenhado, e continuaria desempenhando, um papel fundamental na contenção da competição pela sobrevivência, minimizando os dilemas da existência física, limitando as aspirações por melhores posições sociais, levando à aceitação da ordem existente e mantendo os conflitos em níveis aceitáveis. Além disso, ao impor normas que limitam a reprodução da espécie, acabaria impedindo graves situações geradas pela elevação descontrolada das taxas de natalidade (Inglehart e Welzel, 2005, p. 22).

Além da cultura, outros fatores também exerceriam influência sobre as condições materiais de existência dos homens, mas nenhum deles provocaria tantas mudanças quanto o desenvolvimento econômico, tal como afirmam autores como Amartya Sen (1999), ao associá-lo às condições de exercício da liberdade humana.

Inglehart argumenta que o desenvolvimento tecnológico e produtivo dessa base material afeta diretamente o sentimento de segurança existencial compartilhado pelos membros de uma sociedade, que podem entender a sobrevivência física como garantida ou como incerta (Inglehart, 1990; 2001; Inglehart e Welzel, 2005).

Indivíduos que precisam cotidianamente lutar para superar constrangimentos à sua reprodução física, devido à escassez de recursos e à violência, naturalmente tendem a se sentir inseguros e, conseqüentemente, priorizar objetivos relacionados com o desenvolvimento material em oposição a metas transcendentais, subjetivas ou de longo prazo. A sobrevivência se impõe, obviamente, como primeira necessidade.

Como o próprio Inglehart (1990; 2001) reconhece, essa hipótese é similar ao princípio da utilidade marginal decrescente da teoria econômica, associado ao conceito complementar de hierarquia das necessidades de Maslow (1988), segundo o qual as necessidades fisiológicas possuem maior prioridade que aquelas de natureza não-fisiológica.

Necessidades sociais, intelectuais e estéticas ocupariam posições inferiores nessa hierarquia, o que só poderia ser alterado quando as condições materiais de existência deixassem de ser a principal fonte de preocupação e estresse. Nesse novo contexto, a utilidade marginal do desenvolvimento material tenderia a decrescer e, em trajetória inversa, as demais necessidades ganhariam importância.

Isso ocorre porque os valores, prioridades, normas de conduta, ou seja, a cultura partilhada por um conjunto específico de indivíduos não é estática, adaptando-se ao ambiente em que está inserida através de processos de mutação aleatória e seleção natural (Inglehart, 2001).

Por meio desses processos, traços culturais que funcionam relativamente bem em um local e contexto específico tenderiam a se reproduzir e expandir em razão de conferirem vantagens de sobrevivência (Dawkins, 1989). As prioridades valorativas que enfatizam as necessidades fisiológicas seriam, portanto, traços culturais adaptados e vantajosos em um contexto de insegurança material.

Com a melhoria das condições de sobrevivência física, mudanças coerentes tenderiam também a ocorrer no nível cultural. Prioridades e estratégias vantajosas em um contexto de escassez poderiam não mais produzir efeitos desejados em cenários distintos, sendo gradualmente substituídas por outras, mais compatíveis com a nova configuração.

O impacto das mudanças no nível tecnológico e econômico sobre a dimensão cultural, entretanto, não é tão simples e direto quanto a hipótese da escassez pode deixar transparecer quando tomada isoladamente. Por isso, Inglehart alerta para o fato de que esse processo depende do sentimento de segurança material, que é subjetivo, e não do nível econômico objetivo dos indivíduos. A percepção que o indivíduo desenvolve sobre a sua situação não depende apenas do quanto suas necessidades fisiológicas são satisfeitas, pois os níveis de satisfação de cada pessoa variam enormemente em razão do entorno cultural em que a mesma está inserida e, sobretudo, no qual foi socializada.

Sendo assim, o efeito do desenvolvimento econômico não seria verificado imediatamente no plano das prioridades valorativas. A hipótese da escassez, portanto, deve necessariamente ser interpretada em combinação com a da socialização, segundo a qual

o relacionamento entre ambiente socioeconômico e prioridades valorativas não é de ajuste imediato: um significativo intervalo

de tempo está envolvido porque, em grande medida, os valores básicos das pessoas refletem as condições que prevaleceram durante seus anos de infância e juventude (Inglehart, 1990, p. 68).

Inglehart (2001) lembra que essa hipótese nada mais faz que referendar a noção de que a estrutura básica da personalidade humana tende a se cristalizar quando o indivíduo atinge a fase adulta, mudando pouco a partir desse ponto.

A socialização que ocorre nas primeiras etapas da vida dos indivíduos seria, nesses termos, mais importante do que as experiências da fase adulta, o que não implica considerar as experiências adultas como insignificantes, pois em algumas situações elas são marcantes (Erikson, 1982; Brim e Kagan, 1980).

Os defensores da teoria do desenvolvimento humano afirmam que períodos relativamente longos de crescimento e prosperidade econômica não produziram efeitos significativos nos valores das populações adultas, porque essas não se encontram mais nos seus períodos de maior suscetibilidade. O efeito só poderia ser verificado entre os membros das gerações que vieram a experimentar essas melhores condições materiais nos seus períodos de socialização infantil e pré-adulta. Dessa forma, a mudança das prioridades valorativas só se manifestaria com a mudança geracional (Inglehart, 1977; 1990; 2001).

As mesmas experiências em relação às condições econômicas seriam, portanto, interpretadas de maneiras distintas por indivíduos representantes de diferentes gerações. O que seria considerado como uma situação de segurança para um poderia não representar o mesmo para outro. Logo, as prioridades defendidas por esses distintos grupos tendem a não serem as mesmas.

Indivíduos que, ao longo de sua infância, experimentaram situações de profunda insegurança física, quando adultos tenderiam a continuar priorizando a sobrevivência fisiológica sobre todas as demais necessidades, mesmo quando as condições objetivas não mais justifiquem tal grau de preocupação.

Em síntese, a junção das duas hipóteses defendidas por Inglehart e seus colaboradores compõem a seguinte tese: o crescimento econômico produz efeitos importantes sobre o nível cultural, seja em termos do projeto societal, dos valores individuais ou do padrão de autoridade, porém, esse impacto só pode ser verificado no longo prazo, quando as jovens gerações que experimentaram essas novas condições atingem a idade adulta.

A partir desses elementos teóricos, pesquisadores têm identificado nas últimas décadas a emergência do que chamam de uma síndrome de valores pós-materialistas em escala mundial. Na próxima seção, pretendemos identificar os componentes fundamentais dessa suposta mudança de valores.

Pós-modernização e Novas Prioridades

Nos termos expostos acima, os partidários da teoria do desenvolvimento humano têm defendido a tese de que as alterações socioeconômicas que caracterizam as sociedades pós-industriais estariam produzindo mudanças significativas nas prioridades valorativas individuais, direcionando-as para a ênfase na auto-expressão, escolha humana, autonomia e criatividade (Inglehart e Welzel, 2005). Assim, a busca pelo lucro e pelo crescimento econômico estaria gradualmente perdendo espaço para estratégias alternativas de maximização do bem-estar no mundo contemporâneo.

Inglehart e seus colegas ressaltam que a mudança de rumo não seria consequência do fracasso da estratégia anterior, pelo contrário, a busca por esses objetivos materialistas teria alcançado muito êxito, gerando grande produção e bem-estar significativo nas sociedades de industrialização avançada. Porém, os seus rendimentos teriam decrescido com o passar do tempo (*Idem*).

A mudança em curso refletiria a utilidade marginal decrescente do determinismo econômico, expressa nos seguintes termos: “los factores económicos tienden a jugar un papel decisivo en condiciones de escasez económica, pero a medida que disminuye esa escasez, otros factores moldean la sociedad en un grado cada vez mayor” (Inglehart, 2001, p. 77).

Mais do que proposição teórica, o pesquisador demonstra que essa afirmação possui consistência no campo empírico. Selecionando a expectativa de vida (expectativa de anos de vida ao nascer) como uma medida do êxito das estratégias de maximização do bem-estar e o Produto Interno Bruto (PIB) anual *per capita* como medida do crescimento econômico, chegou a duas conclusões complementares. Primeiramente, confirmou a validade da estratégia de maximização do desenvolvimento econômico para a melhoria das condições de vida, uma vez que as variáveis em questão se mostraram claramente associadas. Mas também constatou que o impacto de tal desenvolvimento vai-se reduzindo com o avançar do PIB, de modo que se torna decrescente a partir de determinado ponto. Alcançado um patamar específico, fatores associados a estilos de vida, como os de natureza cultural, começam a influenciar mais as medidas de bem-estar (*Idem*, pp. 79-80).

Essa tendência decrescente não se verificaria apenas em indicadores concretos, mas também em medidas de bem-estar subjetivo.

vo, como o grau de felicidade e de satisfação com a vida (*Idem*, pp. 80-2)

Essas análises levam o autor à afirmação de que, a partir de um ponto específico, o crescimento econômico gera apenas elevações mínimas nos indicadores de bem-estar, o que tornaria plausível e viável uma estratégia racional de valorização dos assuntos relacionados à qualidade de vida.

Como propõe a hipótese da socialização, a cultura não muda abruptamente. Mas com a elevação da segurança econômica, em determinado momento ela se alteraria e surgiriam novas formas de melhorar o bem-estar subjetivo através de mudanças nas prioridades, nas normas e padrões de vida.

A complementaridade entre fatores econômicos e culturais torna-se evidente nesse raciocínio. Por um lado, as condições socioeconômicas afetariam no longo prazo o sistema cultural; por outro, este último, quando se adapta às condições objetivas de existência, passaria a influenciar a vida social, econômica e política. Novas estratégias de sobrevivência seriam criadas no contexto de segurança econômica e elas seriam as responsáveis pela continuidade na elevação nos níveis de satisfação material e subjetiva.

Além disso, é preciso destacar que, com o decréscimo dos benefícios advindos da estratégia desenvolvimentista, tornam-se cada vez mais evidentes os elevados custos ambientais e subjetivos implicados nesse comportamento.

Como aponta Beck (1992), com seu conceito de *sociedade do risco*, os conflitos na sociedade pós-industrial têm-se fundamentado na questão da distribuição dos riscos decorrentes da tecnologia nuclear, das pesquisas genéticas e das ameaças ao meio ambiente e não mais sobre o tema da distribuição dos bens, como a propriedade, a renda e o emprego, tal como ocorria na sociedade industrial.

É justamente entre os públicos de sociedades com maior expectativa de vida que essa percepção do risco tem aumentado, tornando-se tema central na agenda política das duas últimas décadas. Na verdade, trata-se de algo lógico, pois é justamente porque superaram os limites da mera sobrevivência que esses indivíduos podem se preocupar com outros temas.

A partir desses argumentos, Inglehart defende que o impacto do desenvolvimento socioeconômico sobre as mudanças culturais ocorre em duas fases distintas. Na primeira, a da industrialização, teria surgido a burocratização e a secularização; na segunda, da pós-industrialização,² a tendência se altera em direção à autonomia individual e aos valores de auto-expressão (Inglehart, 2001).

Os públicos das nações pós-industriais, mas não apenas delas, estariam gradualmente abandonando uma tendência materialista em favor de uma postura pós-materialista, ou seja, em vez de priorizarem predominantemente metas relacionadas com a segurança física e econômica, estariam atribuindo valor crescente a outras metas, como necessidades sociais, estéticas ou intelectuais. Isso, todavia, não indicaria que estão se tornando não-materialistas, muito menos antimaterialistas. O termo pós-materialismo, na realidade, é empregado no interior dessa perspectiva teórica para designar um conjunto de metas que são buscadas depois de alcançada a segurança material e apenas porque ela foi alcançada (Inglehart, 2001).

As populações dos países pós-industriais estariam experimentando desde o término da Segunda Guerra Mundial um expressivo crescimento econômico, o que teria produzido altos níveis de segurança existencial, manifestos na elevação dos níveis de renda, ampliações da expectativa de vida e outros indicadores. Tal desenvolvimento teria diminuído sensivelmente os obstáculos que

se impõem à autonomia, à criatividade e à possibilidade de escolha dos seres humanos (*Idem*).

Inglehart argumenta que os caminhos pelos quais esse processo estaria se dando são diversos. Primeiramente, a simples redução da pobreza diminuiria os constrangimentos à escolha humana e contribuiria para o desenvolvimento de um sentimento de segurança econômica e física. Também ampliaria os níveis educacionais das populações e favoreceria o acesso à informação através dos meios de comunicação de massa (Inkeles, 1983). A emergência da sociedade do conhecimento mobilizaria as habilidades cognitivas dos indivíduos (Bell, 1973; Inglehart, 1990). Assim, o desenvolvimento econômico diminuiria os constrangimentos cognitivos e alimentaria a independência intelectual dos habitantes das sociedades pós-industriais.

Além disso, essa fase da modernização produziria uma ampliação da especialização ocupacional e maior complexidade social, diversificando as interações humanas, o que potencializaria um processo já descrito por sociólogos clássicos como Durkheim (1995) e Tönnies (1977), de passagem da solidariedade mecânica para a orgânica e da comunidade para a sociedade. Em vez de normas e padrões fixos de comportamento, essa nova configuração social abriria espaço para as preferências individuais.

Sintetizando esse argumento, escreve que “pela redução da insegurança econômica, pela mobilização cognitiva e pela diversificação das interações humanas, o desenvolvimento socioeconômico diminui os constrangimentos objetivos sobre a escolha humana” (Inglehart e Welzel, 2005, p. 24). Ou seja, a teoria do desenvolvimento humano aponta para uma situação em que, paulatinamente, os indivíduos ganham mais espaço como atores que aspiram à autonomia.

Valores Pós-materialistas e Democracia

De maneira bastante otimista, Inglehart e Welzel (2005) escrevem que a emergência dos valores de auto-expressão tem transformado a modernização em “um processo de desenvolvimento humano, fazendo emergir um novo tipo de sociedade humanística que promove a emancipação humana por várias vias”. Pode-se questionar essa aposta humanista, mas o fato é que os envolvidos nas pesquisas sobre o tema têm acumulado robustas evidências empíricas que atestam a existência de importantes conseqüências políticas desse redirecionamento das prioridades individuais e da metas societais.

Nesta seção, pretendemos discutir alguns desses efeitos que dizem respeito mais diretamente a uma suposta relação existente entre valores pós-materialistas e a emergência e consolidação de democracias.

Nos marcos dessa teoria, pesquisadores têm apontado que o desenvolvimento socioeconômico, os valores de auto-expressão e as instituições democráticas atuam juntos, como peças de um quebra-cabeça que conduz à ampliação da autonomia nas escolhas dos indivíduos (*Idem*).

Os elementos básicos do desenvolvimento humano, portanto, seriam três: (a) as capacidades objetivas que eliminam os constrangimentos à escolha; (b) as motivações subjetivas que levam os indivíduos a agir de acordo com suas escolhas; (c) a designação legal que, a partir do reconhecimento legal dos direitos civis e políticos, possibilita a ação a partir das escolhas autônomas (*Idem*).

Os relacionamentos supostos entre esses elementos não são afirmados apenas no nível teórico pelos autores, mas testados empiricamente. Por meio do emprego de uma série de indicadores que servem de medidas de democracia para mais de cin-

qüenta sociedades, incluindo o Brasil, os autores sustentam a tese de que os valores no nível individual estão fortemente conectados às instituições democráticas, sobretudo, a priorização da autonomia e da auto-expressão (Inglehart e Welzel, 2005).

Identificar essa ligação, entretanto, é apenas parte do problema quando se trata de analisar o relacionamento entre variáveis culturais e instituições. Apesar de acreditarmos que a posição mais prudente e plausível sobre o tema seja considerar a existência de uma mútua determinação dos componentes culturais e institucionais nos processos de democratização, a polêmica acerca desse assunto continua, sendo possível identificar a existência de duas orientações distintas e opostas.

De um lado, temos estudiosos afirmando que os valores de massa desempenham papel fundamental no processo de democratização. Confiança, tolerância, sentimento de eficácia política e um extenso conjunto de virtudes cívicas desempenhariam papel fundamental no efetivo funcionamento das instituições democráticas para um grupo de pesquisadores (Putnam, 2000; Gibson, 1997; Inglehart, 1988).

De outro lado, encontramos analistas afirmando que é o aprendizado institucional, ou seja, o fato de os indivíduos viverem sob instituições democráticas é que gera uma cultura pró-democrática (Muller e Seligson, 1994; Jackman e Miller, 2005).

Inglehart e Welzel (2005) explicitamente se colocam no primeiro grupo e pretendem demonstrar que as instituições afetam pouco os valores e que, na direção contrária, a ênfase da auto-expressão produz impacto significativo sobre as instituições democráticas.

A partir dos dados obtidos pelas duas últimas ondas de sondagens do projeto World Values Survey (WVS), esses autores tratam de sustentar que os valores pós-mate-

rialistas antecedem e, em grande medida, explicam o estabelecimento de democracias ao redor do mundo. Utilizando modelos de regressão, eles identificam que as medidas relativas aos valores verificados uma década antes explicam significativamente os níveis de democratização na virada do milênio em nível mundial, mesmo quando seu impacto é controlado pelos possíveis efeitos do desenvolvimento socioeconômico (*Idem*).

A hipótese contrária, ou seja, de que níveis de democracia anteriores conduzem ao estabelecimento de valores de auto-expressão, não se mostrou consistente. Níveis de democracia medidos no início da década de 1980 não produziram impacto importante sobre a ênfase nesses valores medida na década de 1990. Esses últimos são explicados de maneira considerável pelos níveis de recursos econômicos, cognitivos e sociais existentes uma década antes (*Idem*).

Em síntese, os testes contribuem para que os autores defendam que a intensidade do associação é muito mais forte quando se mede o efeito dos valores relacionados com a mudança pós-materialista sobre a democracia do que o inverso.

Sendo assim, seguindo essa perspectiva, podemos entender que o desenvolvimento socioeconômico não conduz diretamente à democracia, sendo necessário um conjunto de variáveis intervenientes entre esses dois fenômenos. Os valores pós-materialistas, principalmente a ênfase na auto-expressão, estabeleceriam essa conexão necessária.

Neste momento, trataremos de analisar alguns detalhes dessa associação, verificando quais orientações subjetivas compõem essa tendência de busca pela autonomia e independência. Pretendemos explorar a hipótese de que uma cultura política congruente com a forma democrática estaria relacionada à mudança pós-materialista. Trata-se de verificar se a ênfase na auto-expressão identifica-

da em escala mundial seria já o reflexo de uma mudança nas orientações políticas dos indivíduos que estariam desenvolvendo uma visão de mundo cada vez congruente com a democracia.

O primeiro elemento dessa mudança seria a emergência de atitudes mais participativas entre os públicos das sociedades que experimentaram períodos relativamente longos de crescimento econômico (Inglehart, 1990; 2001; Inglehart e Welzel, 2005).

Já no seu estudo inicial, *The silent revolution* (1977), Inglehart previa que, juntamente com a ampliação do número de pós-materialistas, ocorreria uma redução das taxas de mobilização política tradicionais e o crescimento de atividades de contestação.

A causa primeira desse fenômeno seria a elevação gradual no número de pós-materialistas, o que significaria que um número cada vez maior de pessoas teria condições de se preocuparem com assuntos não relacionados com a sobrevivência física, como os de natureza política. Essa preocupação geraria o desejo de tomar parte dos assuntos públicos (Inglehart, 1990).

Além disso, essa mudança nas prioridades valorativas estaria associada intimamente ao processo de mobilização cognitiva que viria produzindo elevação significativa do que chama de “intervenção cidadã na política” (Inglehart, 2001, p. 221).

Níveis elevados de educação formal e a mudança da natureza das atividades laborais, que teriam deixado de ser meramente repetitivas, provavelmente contribuíram para a independência de pensamento e de ação (Inglehart, 1990; 2001). Os efeitos desse processo sobre os cidadãos acabam por extrapolar os limites da esfera produtiva e “las técnicas que aprenden en la educación superior y en su vida laboral los convierten en participantes políticos cada vez más expertos” (Inglehart, 2001, p. 222).

Novas habilidades que potencializam a capacidade para a participação política são desenvolvidas e acabam engendrando a formulação de demandas por participação através de novos canais que valorizam a autonomia da pessoa.

Essas afirmações, entretanto, causam certa surpresa se considerarmos recentes pesquisas que têm indicado declínio das taxas de politização em escala mundial. Putnam, por exemplo, em livro com o sugestivo título de *Bowling alone* (2000), defende a tese de que o declínio nos níveis de capital social estaria produzido públicos politicamente cínicos ou apáticos.

Estaríamos, portanto, experimentando uma situação contraditória. Por um lado, segundo os defensores da teoria do desenvolvimento humano, as condições e habilidades necessárias para ocorrer maior participação foram e continuam sendo ampliadas pela modernização. Por outro, os indicadores de politização entre diferentes grupos e principalmente entre os jovens têm decaído (Inglehart, 1990; 2001; Inglehart e Welzel, 2005).

A contradição, todavia, seria apenas aparente. Se as manifestações políticas clássicas, tal como o voto e a filiação a instituições políticas tradicionais, têm declinado, outras formas de atuação estariam emergindo com grande força. As novas condições sociais e econômicas estariam conduzindo à elevação do número de indivíduos interessados em política, ao aumento da participação em formas não-convencionais de ação política e ao surgimento dos novos movimentos sociais (Inglehart e Welzel, 2005).

Em vez de serem dirigidas por organizações burocráticas comandadas por elites, as pessoas estariam procurando estratégias para a manifestação de suas preferências sobre assuntos específicos, tais como o aborto, os direitos das mulheres e homossexuais, a cor-

rupção das elites, e as questões ambientais (Inglehart e Welzel, 2005, p. 116).

Evidências empíricas sobre esse fenômeno foram apresentadas já no final da década de 1970 (Barnes *et al.*, 1979), indicando que os valores pós-materialistas estavam fortemente associados a ações políticas não-conventionais, tais como manifestações, boicotes ou ocupações.

Essa tendência se apresentou consistente no tempo, como demonstram as quatro ondas do WVS. As atividades não-conventionais de contestação têm-se tornado ações relativamente normais entre os públicos de nações pós-industriais (Inglehart e Welzel, 2005).

Como se trata de um fenômeno associado à mudança pós-materialista, esse novo ativismo político se manifestaria através da mudança geracional, ou seja, na medida em que os grupos mais jovens, mais educados e mais pós-materialistas passam a compor a população adulta, essas práticas participativas se tornariam mais comuns (Inglehart, 1990; 2001; Inglehart e Welzel, 2005).

Dispondo os dados coletados em 1974 pelo projeto *Political Action* e as quatro ondas do WVS (1981, 1990, 1995 e 2000) em uma tabela, Inglehart e Welzel mostram que o percentual de pessoas que afirmaram estar envolvidas em ações políticas não-conventionais só aumentou (Inglehart e Welzel, 2005).

Em 1974, uma média de 32% da população dos oito países cobertos pelas pesquisas declarou ter assinado petições. A cada nova sondagem, esse número foi aumentando, chegando a 63% em 2000, totalizando um acréscimo de 31 pontos. O mesmo ocorreu em relação à participação em manifestações (acréscimo de 12%) e em boicotes a produtos específicos (acréscimo de 9%) (Inglehart e Welzel, 2005, pp. 121-2).

É importante destacar que todas as oito sociedades que manifestaram essas elevações

são classificadas como de alta renda, o que vem confirmar a hipótese de que essa tendência de participação em ações não-conventionais faz parte das mudanças pós-materialistas explicadas em última instância pela modernização. Não se trata, portanto, de um fenômeno mundialmente uniforme, mas conectado aos níveis de desenvolvimento econômico de cada sociedade.

Sendo assim, seria previsível que os níveis de auto-expressão estivessem, em escala mundial, associados com a prática de ações de contestação. De fato, os autores mostram que quanto maior a ênfase nos valores de auto-expressão, mais comuns são as práticas políticas dessa ordem (*Idem*, p. 124).

Como parte do conjunto de mudanças culturais denominadas de síndrome pós-materialista, teríamos, portanto, o desenvolvimento de uma postura crítica e participativa por parte dos cidadãos, que seria congruente com processos de ampliação e fortalecimento da democracia.

Outro elemento que caracterizaria esse novo padrão de atitudes e comportamentos políticos seria a tolerância em relação às diferenças. A respeito desse tema, os autores se debruçam particularmente sobre a questão da aceitação da homossexualidade, escrevendo que “pós-materialistas e jovens são marcadamente mais tolerantes à homossexualidade do que os materialistas e as pessoas mais velhas e isso é parte de um padrão importante – a emergência de normas humanísticas que enfatizam a emancipação humana e a auto-expressão” (*Idem*, p. 126).

Essa tolerância maior a comportamentos que desviam dos padrões tradicionalmente aceitos não se limita a esse aspecto, pois tal conexão também teria sido identificada, desde a década de 1980, em relação a aborto, divórcio, relacionamentos extraconjugais e prostituição (Inglehart, 1990).

Atitudes positivas em relação à igualdade de gênero seriam também componentes dessa reorientação subjetiva. Os autores mostram que o percentual de discordância à sentença “Quando os empregos são escassos, os homens devem ter mais direitos a eles que as mulheres” tem aumentado na grande maioria dos países. De cinquenta sociedades investigadas, 37 (74%) mostraram aumento nesse indicador de apoio à igualdade de gênero (Inglehart e Welzel, 2005).

Mais expressivos ainda são os resultados obtidos diante da afirmação “Homens são melhores líderes políticos que mulheres”. Nove em cada dez países cuja maioria da população se mostrou contrária à sentença são classificados pelo Banco Mundial como nações de alta renda (*Idem*).

O conjunto desses dados e argumentos conduz os pesquisadores à conclusão de que os valores pós-materialistas, a ampliação da participação em ações políticas não-conventionais, o aumento da tolerância, o apoio à igualdade de gênero, dentre outros elementos, fazem parte de uma única tendência em direção ao estabelecimento de uma cultura pró-democrática (Inglehart, 2001; Inglehart e Welzel, 2005).

Gibson e Duch (1994), em estudo sobre a democratização na antiga União Soviética na década de 1990, realizam um teste interessante sobre esse tema analisando a relação entre o pós-materialismo e um conjunto mais amplo de orientações valorativas relacionadas à cultura política.

Utilizando dados obtidos a partir de sondagens realizadas no ano de 1990, esses pesquisadores tomam como hipótese de trabalho algo similar ao que propõem Inglehart e seus colaboradores, ou seja, que os valores pós-materialistas estariam conectados a um grupo de crenças sobre os processos e instituições democráticas e também a formas de participação política não-conventionais. Mais especificamente, supu-

nam que os pós-materialistas dessa sociedade tenderiam a adotar “uma variedade de pontos de vista democráticos, mudando suas atitudes em relação a instituições majoritárias como os parlamentos para questões sobre tolerância e minorias políticas” (Gibson e Duch, p. 10)

Para verificar a validade dessa hipótese, construíram um indicador de apoio aos valores democráticos bastante amplo, envolvendo valorização da liberdade, apoio às normas democráticas, consciência em relação aos direitos de cidadania, apoio ao dissenso e à oposição, à mídia independente, à competição eleitoral e tolerância a minorias políticas (*Idem*, pp. 33-4).

A partir desse índice, por meio da técnica de análise fatorial, os respondentes foram classificados em três grupos, em razão dos escores obtidos no conjunto das respostas sobre esses temas. Distinguem-se, portanto, entre os que manifestam alto, médio ou baixo apoio a tais valores e normas.

O cruzamento dessa dimensão com aquela gerada pelo índice de pós-materialismo demonstrou que os pós-materialistas são mais propensos a manifestar altos níveis de apoio aos valores democráticos. Mais de 80% dos que foram incluídos nesse grupo, que enfatiza os valores de auto-expressão, manifestaram altos índices de adesão às normas e crenças pró-democracia.³

Para aprofundar a compreensão sobre esse relacionamento, os pesquisadores também construíram um modelo de regressão em que os valores democráticos aparecem como variável resposta e o pós-materialismo como preditor. Para evitar conclusões espúrias, como estratégia de controle também foram inseridas no modelo algumas variáveis demográficas, tais como idade e nível educacional. Os resultados obtidos indicaram que, mesmo sendo controlado por essas variáveis, o impacto da medida de pós-materialismo continuou significativo (*Idem*, p. 21).

Por fim, também verificaram que, entre o público soviético, os pós-materialistas também são os que mais afirmaram ter se envolvido em ações políticas não-convencionais, tal como definidas anteriormente (*Idem*, p. 27). Essa mesma associação foi também verificada por Opp (1990) em pesquisa realizada na então Alemanha Ocidental.

Essa pesquisa de Gibson e Duch nos parece particularmente interessante pelo fato de que a União Soviética do final da década de 1980 não era um exemplo de desenvolvimento econômico e o número de indivíduos pós-materialistas era bastante reduzido (11%). Ainda assim, a associação verificada em nível internacional se repetiu nesse contexto.

Considerações Finais

Nossa intenção neste artigo foi apresentar os argumentos fundamentais dessa perspectiva teórica e empírica, que tem gerado intenso debate no interior da ciência política internacional nas últimas décadas. Mais especificamente, tratamos de destacar a seqüência dos argumentos presentes nessa formulação, que terminam por afirmar as conseqüências do processo de modernização e da emergência de novas prioridades valorativas sobre o estabelecimento de uma cultura política congruente com a democracia.

A pertinência desses argumentos nos leva a pensar sobre as suas potencialidades

explicativas em realidades como a brasileira, na qual uma cultura política com traços pouco democráticos tem demonstrado possuir grande poder de permanência. Talvez fosse interessante analisar em que medida os valores pós-materialistas estão associados ao florescimento de uma cultura política democrática entre nós.

As seguintes questões poderiam ser formuladas por pesquisadores nacionais a partir desse aporte teórico: seriam os pós-materialistas brasileiros, ainda que em número reduzido, mais democráticos que os materialistas? A mudança pós-materialista, ainda que incipiente no Brasil e na América Latina como um todo, estaria produzindo impactos positivos em nossa cultura política?

Investigações acerca desses temas em sociedades específicas como a nossa seriam valiosas, pois poderiam captar particularidades que escapam ao analista em estudos que se debruçam sobre conjuntos relativamente amplos de nações, tais como os realizados por Inglehart e seus colegas. Estudos particulares são necessários, sobretudo em realidades sociais, políticas e econômicas que se distanciam daquelas condições existentes nas chamadas sociedades pós-industriais.

A análise das questões e hipóteses colocadas pela teoria do desenvolvimento, em sociedades em que a segurança física e econômica ainda não são uma realidade para a maioria da população, poderia contribuir significativamente no médio e longo prazo para o debate sobre a suposta emergência de uma postura pós-materialista em perspectiva mundial, bem como sobre seus potenciais efeitos.

Notas

- 1 Todas as citações foram livremente traduzidas pelo autor.
- 2 Em, *Modernización y posmodernización*, Inglehart (2001) não se refere a duas fases da modernização. Ele utiliza o termo pós-modernização para designar a nova configuração social das sociedades desenvolvidas.

- 3 Apesar de os autores utilizarem dados de duas amostras distintas (uma referente à Moscou e outra à URSS europeia), estamos aqui nos referindo apenas aos resultados da primeira.

Bibliografia

- BARNES, Samuel *et al.* (1979), *Political Action*. Beverly Hills, Sage.
- BECK, Ulrich. (1992), *Risk society*. Londres, Sage.
- BELL, Daniel. (1973), *The coming of postindustrial society*. Nova York, Basic Books.
- BRIM, Orville G. & KAGAN, Jerome. (1980), *Constancy and change in human development*. Cambridge, Harvard University Press.
- DAWKINS, Richard. (1989), *The selfish gene*. Oxford, Oxford University Press.
- DiMAGGIO, Paul. (1994), "Culture and economy", in N. J. Smelser & R. Swedberg (orgs.), *The handbook of economic sociology*, Princeton, Princeton University Press.
- DURKHEIM, Emile. (1995), *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes.
- ERIKSON, Erik H. (1982), *The life cycle completed: a review*. Nova York, Norton.
- GIBSON, James L. (1997), "Mass opposition to the Soviet Putsch of August 1991: collective action, rational choice, and democratic values". *American Political Science Review*, 91: 671-84.
- GIBSON, James L. & DUCH, Raymond M. (1994), "Postmaterialism and the emerging soviet democracy". *Political Research Quarterly*, 47: 5-39.
- INGLEHART, Ronald. (1977), *The silent revolution*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (1988), "The renaissance of political culture". *American Political Science Review*, 82 (4): 1.203-30.
- _____. (1990), *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (2001), *Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madri, Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno.
- INGLEHART, Ronald & WELZEL, Christian. (2005), *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. Nova York, Cambridge University Press.
- INKELES, Alex. (1983), *Exploring individual modernity*. Nova York, Columbia University Press.
- JACKMAN, Robert & MILLER, Ross. (2005), *Beyond norms*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MASLOW, Abraham. (1988), *Motivation and personality*. Nova York, Harper & Row.
- MEYER, John W. *et al.* (1997), "World society and Nation-State". *American Journal of*

Sociology, 103: 144-81.

MULLER, Edward N. & SELIGSON, M. (1994), "Civic culture and democracy: the question of causal relationships". *American Political Science Review*, 88: 635-52.

OPP, Karl-Dieter. (1990), "Postmaterialism, collective action, and political protest". *American Journal of Political Science*, 34: 212-35.

PUTNAM, Robert. (2000), *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. Nova York, Simon and Schuster.

SEN, Amartya. (1999), *Development as freedom*. Nova York, Knopf.

STEVENSON, Mark. (1997), "Globalization, national cultures, and cultural citizenship". *Sociological Quarterly*, 38: 41-67.

TÖNNIES, Ferdinand. (1977), "Comunidade e sociedade", in P. Birnbaum e F. Chazel, *Teoria sociológica*, São Paulo, Hucitec/Edusp.

• *Artigo recebido em abr/2007*

• *Aprovado em ago/2007*

Resumo

Teoria do desenvolvimento humano, cultura política e democracia

O artigo apresenta os elementos fundamentais da teoria do desenvolvimento humano proposta por Ronald Inglehart e seus colaboradores, enfatizando suas hipóteses acerca do relacionamento entre desenvolvimento socioeconômico, prioridades valorativas e os processos de democratização. Inicialmente são apresentados os argumentos centrais que sustentam essa perspectiva, caracterizada como uma revisão crítica das formulações clássicas da teoria da modernização. Na seqüência, discutimos a suposta relação entre desenvolvimento material e a emergência dos chamados valores pós-materialistas em perspectiva mundial. Por fim, analisamos a hipótese da associação entre essa mudança valorativa e os processos de democratização, enfatizando especialmente os impactos da síndrome pós-materialista sobre a constituição de uma cultura política democrática.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano; Prioridades valorativas; Democracia; Cultura política; Pós-materialismo.

Abstract

Theory of the human development, political culture, and democracy

The article presents the fundamental elements of the theory of the human development proposed by Ronald Inglehart and his collaborators, emphasizing his hypotheses concerning the relationship among socioeconomic development, value priorities, and the democratization processes. Initially, central arguments that sustain that perspective are presented, characterized as a critical revision of the classic formulations of the theory of the modernization. In sequence, we discuss the supposed relationship between material development and the emergence of the so-called post materialistic values in the world perspective. Finally, we analyzed the hypothesis of the association between that values change and the democratization processes, especially emphasizing the impacts of the post materialistic syndrome about the constitution of a democratic political culture.

Keywords: Human development; Value priorities; Democracy; Political culture; Post materialism.

Résumé

Théorie du développement humain, culture politique et démocratie

L'article présente les éléments fondamentaux de la théorie du développement humain proposée par Ronald Inglehart et ses collaborateurs. L'accent est mis sur ses hypothèses à propos du rapport entre le développement socio-économique, les priorités de valeurs et les processus de démocratisation. L'auteur présente, tout d'abord, les arguments centraux qui soutiennent cette perspective, qui se caractérise comme étant une révision critique des formulations classiques de la théorie de la modernisation. Il aborde, par la suite, selon une perspective mondiale, le rapport supposé entre le développement matériel et l'émergence des soi-disant valeurs post-matérialistes. Finalement, il analyse l'hypothèse de l'association entre ce changement de priorités de valeurs et les processus de démocratisation, particulièrement en ce qui concerne les impacts du syndrome post-matérialiste sur la constitution d'une culture politique démocratique.

Mots-clés: Développement humain; Priorités de valeurs; Démocratie ; Culture politique; Post-matérialisme.